

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

ASSOCIAÇÃO CORREDOR ECOLÓGICO DO
VALE DO PARAÍBA

31 DE DEZEMBRO 2023

ASSOCIAÇÃO CORREDOR ECOLÓGICO DO VALE DO PARAÍBA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstrações de resultados

Quadro 3 - Demonstrações de resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstrações das mutações do patrimônio social

Quadro 5 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Vac Auditores Independentes
Rua Amália de Noronha, 151 – cj. 402
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05410-010
Tel: + 55 11 3027-1800
www.vac-audit.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos quotistas e administradores da
ASSOCIAÇÃO CORREDOR ECOLÓGICO DO VALE DO PARAÍBA
São Paulo - SP

OPINIÃO SEM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO CORREDOR ECOLÓGICO DO VALE DO PARAÍBA** (“Associação”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO CORREDOR ECOLÓGICO DO VALE DO PARAÍBA** (“Associação”) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos Auditores Independentes pela Auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normais profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de Auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório datado em 11 de setembro de 2023 foi emitido sem modificação.



Verdus Auditores Independentes
Av São João 2375 – Jd. Das Colinas
São José dos Campos - SP
Telefone: + 55 12 3209-3688
www.vacc.com.br

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de Auditoria sobre esses Relatório.

Em conexão com a Auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na Auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcida de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorções relevantes no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.



Verdus Auditores Independentes
Av São João 2375 – Jd. Das Colinas
São José dos Campos - SP
Telefone: + 55 12 3209-3688
www.vacc.com.br

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 18 de Abril de 2024.

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9

Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

ASSOCIACAO CORREDOR ECOLOGICO DO VALE DO PARAIBA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

| | Nota | 2023 | 2022 | | Nota | 2023 | 2022 |
|-------------------------------|------|------------------|------------------|---|------|------------------|------------------|
| Ativo circulante | | | | Passivo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.930.200 | 2.463.981 | Contas a pagar | 8 | 52.741 | 58.509 |
| Créditos a receber | 5 | 156.592 | 16.294 | Tributos a pagar | 10 | 6.586 | 7.714 |
| Tributos a recuperar | - | 6.747 | 10.059 | Adiantamentos de projetos | 11 | 665.911 | 419.811 |
| | | 3.093.539 | 2.490.334 | | | 725.238 | 486.034 |
| Ativo não circulante | | | | Passivo não circulante | | | |
| Imobilizado | 7 | 11.369 | 9.198 | Provisão contingente terceiros | 9 | 1.459.072 | 1.234.430 |
| Intangível | 6 | 72.000 | 72.000 | | | 1.459.072 | 1.234.430 |
| | | 83.369 | 81.198 | | | | |
| Patrimônio Social | | | | | | | |
| | | | | Patrimônio Social | | 992.598 | 851.068 |
| | | | | | | 992.598 | 851.068 |
| Total do ativo | | 3.176.908 | 2.571.532 | Total do passivo e patrimônio social | | 3.176.908 | 2.571.532 |

QUADRO 2

ASSOCIACAO CORREDOR ECOLOGICO DO VALE DO PARAIBA

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)**

| | <u>Nota</u> | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|-------------|------------------|------------------|
| Receitas Operacionais | | | |
| Doações recebidas | 12 | 1.939.429 | 1.146.002 |
| Trabalho voluntário | 18 | <u>234.777</u> | <u>150.093</u> |
| Custos Operacionais | | | |
| Plantio, manutenção e cercamento de mudas de árvore | 13 | (1.064.395) | (277.464) |
| Trabalho voluntário | | (234.777) | (150.093) |
| Resultado bruto | | <u>875.034</u> | <u>868.538</u> |
| Despesas operacionais | | | |
| Generais e administrativas | 14 | (1.046.183) | (1.030.276) |
| Resultado antes das (despesas) receitas financeiras | | <u>(171.149)</u> | <u>(161.738)</u> |
| Despesas Financeiras | 15 | (23.107) | (8.171) |
| Receitas Financeiras | 16 | <u>335.575</u> | <u>261.937</u> |
| Receitas financeiras líquidas | | <u>312.468</u> | <u>253.766</u> |
| Superávit (Deficit) do exercício | | <u>141.319</u> | <u>92.028</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

ASSOCIACAO CORREDOR ECOLOGICO DO VALE DO PARAIBA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em reais)

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|-------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Superávit do exercício | <u>141.318</u> | <u>92.028</u> |
| Total Superávit do exercício | <u>141.318</u> | <u>92.028</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

ASSOCIACAO CORREDOR ECOLOGICO DO VALE DO PARAIBA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)

| | Patrimônio Social | Superávit (Déficit) do exercício | Total |
|---|-------------------|--|----------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | 759.041 | - | 759.041 |
| Superávit do exercício | - | 92.027 | 92.027 |
| Transferência do superávit do exercício | 92.027 | (92.027) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 | 851.068 | - | 851.068 |
| Ajuste de exercícios anteriores | 211 | - | 211 |
| Superávit do exercício | - | 141.319 | 141.319 |
| Transferência do superávit do exercício | 141.319 | (141.319) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 992.598 | - | 992.598 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5**ASSOCIACAO CORREDOR ECOLOGICO DO VALE DO PARAIBA****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)**

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|---|----------------|-----------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| SUPERÁVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO | 141.319 | 92.027 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciações e amortizações | 4.327 | 5.053 |
| Variações dos ativos e passivos | | |
| Adiantamentos de projetos | 246.100 | 242.972 |
| Tributos a recuperar | 3.312 | (6.447) |
| Créditos a receber | (140.298) | (16.294) |
| Fornecedores | (5.768) | (1.138) |
| Ajuste de exercícios anteriores | 211 | - |
| Provisão contingente terceiros | 224.642 | 137.833 |
| Tributos a recolher | (1.128) | 3.828 |
| CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 472.717 | 457.834 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Investimento em novos projetos de monitoramento remoto | - | (60.000) |
| Aquisições de ativos imobilizado | (6.498) | - |
| CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (6.498) | (60.000) |
| | 466.219 | 397.834 |
| A VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA É ASSIM DEMONSTRADA: | | |
| No início do período | 2.463.981 | 2.066.147 |
| No fim do período | 2.930.200 | 2.463.981 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCICIO | 466.219 | 397.834 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO CORREDOR ECOLÓGICO VALE DO PARAIBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Corredor Ecológico do Vale do Vale do Paraíba, idealizadora do projeto, é uma organização não governamental, apartidária e sem fins lucrativos, que nasceu da união de diversas organizações do segundo e terceiro setores comprometidas com a sustentabilidade do planeta, e que decidiram unir esforços para a busca conjunta desse fim.

A Associação foi estabelecida em 2009 com o objetivo de restaurar o Vale do Paraíba em sua porção paulista. A ACEVP surgiu para a implementação de ações de restauração florestal baseadas em um estudo chamado "Linhas de Conectividade", que mapeia áreas estratégicas para restauração na região, visando otimizar as intervenções e ampliar os serviços ecossistêmicos ligados à água e à biodiversidade.

Desde o início de suas atividades, a ACEVP já restaurou mais de 450 hectares em propriedades rurais no Vale do Paraíba-SP. Além da restauração, a organização se envolve em projetos de mobilização rural, articulação institucional, sensibilização de comunidades, políticas públicas, planejamento da paisagem e organização de banco de dados espaciais. Possui expertise em planejamento territorial através de Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

A Associação realiza suas atividades através de contratos e termo de colaboração firmados com seus doadores e parceiros, sendo os principais, entre outros projetos em andamento os abaixo demonstrados:

- Prefeitura do Município de Jacareí, em 3 de agosto de 2020 com vigência até 3 de agosto de 2024, a ACEVP e Prefeitura Municipal de Jacareí assinaram um Termo de Colaboração para um projeto de 4 anos com o objetivo de alinhar ações de plantio de 55,16 hectares a um planejamento estratégico da paisagem do município, gestão da compensação, mobilização de produtores rurais e comunidade, além da articulação entre os atores locais.
- The Nature Conservancy Brasil, contrato firmado em 09 de novembro de 2022.
- Fitesa Não Tecidos S.A., contrato firmado em 01 de junho de 2022.
- Instituto Malwee, contrato assinado em 20 de setembro de 2022 com vigência até agosto de 2025.
- Projeto Fehidro Saúva, contrato assinado em abril de 2022, no valor de R\$ 1.640.398,00 financiado pelo Fehidro (Fundo de Recursos Hídricos do Governo do Estado de São Paulo) com R\$ 182.259,04 de contrapartida, com o objetivo de trabalhar com a recuperação do solo por meio da implantação de adubação verde e identificação de matrizes em propriedades rurais do município de Jacareí. Além de melhorar as chances de restauração bem-sucedida, o projeto fortalece a cadeia de restauração e inicia a criação de uma rede de sementes geneticamente variadas na região.
- Projeto Plano Diretor de Restauração do Vale do Paraíba em parceria com o Instituto Ekos, contrato assinado em junho de 2022, e tem como objetivo fortalecer e ampliar competências locais e regionais para a multiplicação das iniciativas de restauração florestal na UGRHI02 de forma integrada ao Plano de Bacia.

A Entidade é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público conforme determina a Lei 9.790/99, estando sua atividade abrangida pela isenção tributária nos termos da Lei nº 9.532/97. Sua qualificação foi formalizada por Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, órgão integrante do Ministério da Justiça.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições aplicáveis da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de Abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado.

2.1 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

A Associação não possui operações em moeda estrangeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os recebíveis da Associação compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganho e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado: fornecedores e outras contas a pagar.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecida no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento ao fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiros, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos e passivos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Associação não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.5 Investimentos/Projetos

Os investimentos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de qualquer perda não recuperável acumulada.

2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada em 5 anos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.7 Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Associação, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de ajuste.

2.8 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.9 Adiantamento de Projetos

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida dos valores recebidos de contribuição para custeio registrados em Bancos – Com restrição, deve ser em conta específica do passivo – Adiantamento de Projetos. Os valores adiantados, dessa forma, devem ser reconhecidos como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à realização dos respectivos projetos.

2.10 Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.11 Patrimônio social

Constituído pelo patrimônio social, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit de cada exercício e incorporados à rubrica “Patrimônio social” ao encerramento de cada exercício.

Em caso de dissolução social da Associação, o remanescente do patrimônio líquido será destinado a uma associação ou entidade de fins não econômicos sediada no território nacional, com personalidade jurídica comprovada, devidamente registrada nos órgãos públicos competentes e que preferencialmente tenha o mesmo objeto social da Associação, nos termos do artigo 4º, IV, da Lei 9.790/99, bem como do art. 33, III, da Lei 13.019/2014, de acordo com a Assembleia Geral que deliberar sobre a dissolução. Não existindo no Município, no Estado, Distrito Federal ou Território, associação ou entidade congênere, o que remanescer do patrimônio da Associação se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

2.12 Apuração do superávit ou déficit

As receitas de doações são reconhecidas pelo regime de competência, e se originam de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo utilizadas no custeio das atividades da Associação.

As despesas são registradas pelo regime de competência. A receita e despesa financeira são

reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

2.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e representam os benefícios econômicos prováveis que fluirão para a Associação, reconhecendo as receitas financeiras líquidas do imposto de renda a ser retido de instituições financeiras. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, tarifas bancárias.

2.14 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 a Associação registrou o montante de R\$ 234.777 referente a trabalhos voluntários (R\$ 150.093 em 2022), conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 – Trabalho Voluntário.

2.15 Remuneração da Administração

O Estatuto Social prevê que os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal não receberão remuneração, de qualquer tipo, pelas atividades exercidas na Associação. A Associação poderá remunerar os membros da Secretaria Executiva e outros dirigentes que atuem na sua gestão executiva, bem como prestadores de serviços específicos. Em quaisquer dos casos, os valores serão os praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

As seguintes normas ou alterações, emitidas/revisadas pelo IASB, com adoção para exercícios iniciando em, ou após, 1º de janeiro de 2023 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IAS 1/CPC 26 – Divulgação de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas.
- IAS 8/CPC 23 – Esclarecimento sobre mudanças de estimativas contábeis, mudança nas políticas contábeis e correção de erros
- IAS 12/CPC 32 – Necessidade de reconhecimento do imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, descomissionamento e restauração; e
- IFRS 17/CPC 50 – Norma não aplicável à Companhia;

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

- IAS 1/CPC 26 – Classificação de passivos não circulantes, em que a empresa precisa ter o direito de evitar a liquidação por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial;
- IFRS 16/CPC 06 – Trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1o de janeiro de 2024

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|------------------------|------------------|------------------|
| Caixa e bancos | 56.951 | 226.672 |
| Aplicações Financeiras | <u>2.873.249</u> | <u>2.237.309</u> |
| | <u>2.930.200</u> | <u>2.463.981</u> |

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por fundos de investimentos CDB, com remuneração média de 85% do CDI com liquidez imediata e sem restrições de resgate. As receitas financeiras apropriadas ao resultado do exercício totalizaram R\$ 335.574 (2022 - R\$ 261.937).

5. CRÉDITOS A RECEBER

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|--|----------------|---------------|
| Créditos a receber - FITESA | - | 14.515 |
| Créditos a receber – Projeto Jacaré | 154.942 | - |
| Créditos a receber - FITESA | - | 1.050 |
| Valores a receber de Projetos – Terra Nova | <u>-</u> | <u>729</u> |
| | <u>154.942</u> | <u>16.294</u> |

O valor de 154.942 se refere ao projeto Jacaré. Houve um atraso na emissão da nota fiscal e, conseqüentemente, no pagamento, que estava previsto para dezembro de 2023, mas foi realizado em 5 de fevereiro de 2024.

6. INTANGÍVEL

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Projeto Monitoramento Remoto | <u>72.000</u> | <u>72.000</u> |
| | <u>72.000</u> | <u>72.000</u> |

Durante o ano de 2023, a Organização não registrou movimentações devido à sua dedicação à avaliação de uma nova parceria para a continuidade de um projeto. Ao final de 2023 e início de 2024, surgiu a parceria denominada "Arboredo", que envolve diversas outras organizações, incluindo a Akarui (coordenadora regional e executora), Forest Trends (coordenação geral), Arbor Day (financiadora), Corredor Ecológico, Instituto Suinã, SerrAcima, entre outras. No momento, essa parceria ainda está em fase de definição e regulamentação.

7. IMOBILIZADO

| Descrição | Taxa anual de depreciação em % | Custo | Líquido | | |
|-----------------------------|--------------------------------|---------------|-----------------------|---------------|--------------|
| | | | Depreciação acumulada | 2023 | 2022 |
| Computadores e Perifericos | 20% | 19.704 | (13.849) | 5.856 | 1.185 |
| Maquinas e Equipamentos | 10% | 11.889 | (11.889) | - | - |
| Instalacoes e Telefones | 10% | 157 | (157) | - | 7 |
| Moveis e Utensilios | 10% | 2.793 | (2.484) | 309 | 547 |
| Equipamentos de Comunicacao | 20% | 3570 | (3.526) | 45 | 579 |
| Programas & Softwares | 10% | 8.600 | (3.440) | 5.160 | 6.880 |
| | | <u>46.713</u> | <u>(35.344)</u> | <u>11.369</u> | <u>9.198</u> |

Mapa de movimentação do imobilizado

| | 2022 | | 2023 | |
|------------------------------|-----------------|--------------|----------|-----------------|
| | Final | Adições | Baixas | Final |
| Custos | | | | |
| Computadores e Perifericos | 19.704 | - | - | 19.704 |
| Maquinas e Equipamentos | 11.889 | - | - | 11.889 |
| Instalacoes e Telefones | 157 | - | - | 157 |
| Moveis e Utensilios | 2.793 | - | - | 2.793 |
| Equipamentos de Comunicacao | 3.570 | - | - | 3.570 |
| Programas & Softwares | 8.600 | - | - | 8.600 |
| | <u>46.713</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>46.713</u> |
| Depreciação acumulada | | | | |
| Computadores e Perifericos | (13.651) | (197) | - | (13.849) |
| Maquinas e Equipamentos | (11.889) | - | - | (11.889) |
| Instalacoes e Telefones | (157) | - | - | (157) |
| Moveis e Utensilios | (2.464) | (20) | - | (2.484) |
| Equipamentos de Comunicacao | (3.481) | (45) | - | (3.526) |
| Programas & Softwares | (3.297) | (143) | - | (3.440) |
| | <u>(34.938)</u> | <u>(405)</u> | <u>-</u> | <u>(35.344)</u> |
| | <u>11.774</u> | <u>(405)</u> | <u>-</u> | <u>11.369</u> |

8. CONTAS A PAGAR

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|----------------|---------------|---------------|
| Fornecedores | 52.741 | 35.909 |
| Contas a pagar | - | 22.600 |
| | <u>52.741</u> | <u>58.509</u> |

9. PROVISÃO CONTINGENTE DE TERCEIROS

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Provisão contingente terceiros | 1.459.072 | 1.234.430 |
| | <u>1.459.072</u> | <u>1.234.430</u> |

Associação reconhece o passivo previdenciário sobre a remuneração de colaboradores que tem sua relação com a Entidade formalizada por meio de emissão de nota fiscal de pessoa jurídica.

10. TRIBUTOS A PAGAR

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|-----------------------|--------------|--------------|
| IRRF a recolher | 91 | 180 |
| PIS/Cofins a recolher | 281 | 558 |
| ISS a recolher | 6.215 | 6.976 |
| | <u>6.586</u> | <u>7.714</u> |

11. ADIANTAMENTO DE PROJETOS

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|------------------------------|----------------|----------------|
| CAF/Cargill | 309.634 | - |
| Prefeitura de Jacareí | 129.548 | 233.705 |
| Fehidro Saúva | 96.289 | - |
| Pilkington | 51.410 | - |
| TNC | 34.145 | 9.300 |
| Fitesa Não Tecidos S.A. | 18.820 | 33.748 |
| Dupont | 9.191 | 49.551 |
| Fundo Casa/Nascente Viva | 7.405 | - |
| Da Serra | 3.509 | 1.050 |
| SFX | 3.208 | 17.757 |
| Monitoramento SAF | 2.708 | - |
| Instituto Malwee | 44 | 11.452 |
| Plano Diretor de Restauração | - | 50.889 |
| WRI Brasil | - | 12.359 |
| | <u>665.911</u> | <u>419.811</u> |

12. RECEITAS OPERACIONAIS SEM FINS LUCRATIVOS

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Doações de pessoas jurídicas: | | |
| Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. | - | 143.435 |
| Outros Apoiadores (i) | <u>8.260</u> | <u>54.511</u> |
| Total das doações com encargos | <u>8.260</u> | <u>197.946</u> |
| Doações de pessoas físicas/jurídicas: | | |
| Arvorecer (ii) | <u>25.546</u> | <u>40.319</u> |
| Total de doações voluntárias | <u>33.806</u> | <u>238.265</u> |
| Execução de projetos: | | |
| Prefeitura Municipal de Jacareí (iii) | 822.408 | 756.168 |
| Fehidro Saúva (iv) | 742.714 | - |
| Outros (v) | 371.643 | 177.055 |
| ISS e Cofins sobre serviços | <u>(31.142)</u> | <u>(25.487)</u> |
| Total das receitas de projetos | <u>1.905.623</u> | <u>907.736</u> |
| Total das doações recebidas | <u>1.939.429</u> | <u>1.146.001</u> |

(i) São doações de contratos menores e doações esporádicas realizadas por pessoas jurídicas.

(ii) São doações voluntárias realizadas por pessoas físicas e jurídicas pelo website www.corredorecologico.org.br e através de parcerias e contratos menores, sendo o valor recebido destinado ao fortalecimento institucional da organização e o plantio de mudas nativas.

(iii) Em 2020, ACEVP e Prefeitura Municipal de Jacareí assinaram um Termo de Colaboração para um projeto de 4 anos com o objetivo de alinhar ações de plantio de 55,16 hectares a um planejamento estratégico da paisagem do município, gestão da compensação, mobilização de produtores rurais e comunidade, além da articulação entre os atores locais.

(iv) Em abril de 2022, foi assinado um contrato de financiamento com recursos não reembolsáveis com o Fehidro – Fundo de Recursos Hídricos do Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de trabalhar com a recuperação do solo por meio da implantação de adubação verde e identificação de matrizes em propriedades rurais do município de Jacareí. Além de melhorar as chances de restauração bem-sucedida, o projeto fortalece a cadeia de restauração e inicia a criação de uma rede de sementes geneticamente variadas na região.

(v) São contratos menores que tem por objetivo parcerias que fortalecem os princípios fundamentais que norteiam as atividades da Organização e seu propósito, que é o de conectar pessoas e restaurar a paisagem do Vale do Paraíba.

Entre essas parcerias destacam-se: The Nature Conservancy Brasil – TNC, Fitesa Não Tecidos S.A., Instituto Malwee, Instituto Ekos e Dupont.

13. DESPESAS COM PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|---|--------------------|------------------|
| Projeto Fehidro Saúva | (741.656) | - |
| Projeto com a Prefeitura de Jacaréí | (261.159) | (219.400) |
| Projeto de outros doadores | (57.156) | (51.429) |
| Projeto Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. | (4.424) | (6.635) |
| | <u>(1.064.395)</u> | <u>(277.464)</u> |

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| Salários e encargos sociais | (814.198) | (842.230) |
| Honorário advocatício, contábil, comunicação e administrativo | (93.370) | (100.457) |
| Aluguéis | (41.142) | (16.244) |
| Despesas com viagens e hospedagens | (19.492) | (23.294) |
| Depreciação | (4.327) | (5.053) |
| Outras despesas (i) | (73.654) | (42.998) |
| | <u>(1.046.183)</u> | <u>(1.030.276)</u> |

(i) Compostas substancialmente por despesas com telefonia, refeições, hospedagem do website, aluguel de veículos e outras de menor valor.

15. DESPESAS FINANCEIRAS

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|---|-----------------|----------------|
| Despesa c/ IRRF s/ aplicação financeira | (22.516) | (7.425) |
| Despesas bancárias | (534) | (731) |
| Juros passivos | (57) | (15) |
| | <u>(23.107)</u> | <u>(8.171)</u> |

16. RECEITAS FINANCEIRAS

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Rendimento de aplicações financeiras | 335.574 | 261.937 |
| | <u>335.574</u> | <u>261.937</u> |

17. CONTINGÊNCIA

A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Associação, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

As ações decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias não caracterizam risco de perda possível ou provável.

18. TRABALHO VOLUNTÁRIO

| | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Honorários | | |
| Conselho Deliberativo (i) | 68.492 | 32.734 |
| Jurídico | 60.042 | 66.648 |
| Remuneração da diretoria | 51.369 | 9.820 |
| Conselho Fiscal (i) | 25.685 | 16.367 |
| Comunicação | 18.594 | 17.773 |
| Conselho Consultivo (i) | 10.595 | 6.751 |
| | <u>234.777</u> | <u>150.093</u> |

Os trabalhos e serviços voluntários obtidos, que não geraram desembolso de caixa para a Associação referem-se aos honorários de conselhos, remuneração da diretoria e à prestação de serviços diversos. A Associação, caso tivesse desembolsado caixa para a obtenção desses trabalhos e serviços voluntários, estima que teria desembolsado aproximadamente R\$ 234.777 (2022 – R\$ 150.093).

(i) Valor anual calculado utilizando a quantidade de reuniões ocorridas por ano multiplicada por uma remuneração mensal considerada justa para as atividades correspondentes.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Administração e Conselho da Associação. Os procedimentos de gestão da Associação proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

19.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Associação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As

aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

19.3 Risco de liquidez

É o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

19.4 Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação.

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos aplicações financeiras com taxas que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

20.ASPECTOS FISCAIS

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, conforme estabelecido pela Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997. De acordo com a lei, considera-se “sem fins lucrativos” a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos, (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas e (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - a Associação possui isenção quanto ao recolhimento desse tributo, cujo montante não recolhido em virtude dessa isenção é de R\$ 59.117 (2022 – R\$ 35.145).

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

21.AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2023 e 2022.

22.EVENTOS SUBSEQUENTES

No final do exercício de 2023 e início de 2024, foram firmados novos contratos, cujos efeitos financeiros se darão a partir do exercício de 2024, conforme abaixo relacionados:

- Projeto Pilkington, realização da restauração florestal de 2,95 ha, 4.921 mudas, promovendo o plantio, manutenção e gestão de todo o projeto de plantio durante 36 meses. As áreas propostas para este projeto se encontram no município de Caçapava, próxima a planta da fábrica.
- Projeto Regenera SFX, elaboração através de relatórios do diagnóstico do meio físico da paisagem do Distrito de São Francisco Xavier, o que abrange diversos estudos e análises de dados referentes a solo, fauna, vegetação e bioma.
- Projeto SAVE SFX, realização de plantio de 30 hectares de juçara, de 2 hectares de pomar e a implementação do corredor de biodiversidade, bem como a realização da manutenção da área plantada do pomar e do corredor de biodiversidade.
